

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DA SUA ATUAL CONDIÇÃO¹

Edneia de Oliveira Vigarani²

Neide Cascaes³

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar na perspectiva dos moradores de rua a sua atual condição. A pesquisa foi aplicada com seis moradores de rua que frequentam um albergue de Tubarão, SC. Para tanto, optou-se por pesquisa de tipo exploratório e de abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, uma entrevista por pautas. Foram investigados os seguintes aspectos: os motivos que levaram essas pessoas a viver na rua, as dificuldades encontradas e a quem recorrem quando necessário, as diferenças entre morar na rua e com a família, mudanças que gostariam de fazer em sua vida, e as perspectivas que os mesmos têm em relação ao futuro. Os dados foram interpretados de acordo com o referencial teórico e constatou-se que os sujeitos apresentaram grande quantidade de fatores que atuam simultaneamente favorecendo sua permanência nas ruas. A análise dos resultados evidencia que essa população cogita a possibilidade de resgatar o vínculo familiar, mas encontram uma série de dificuldades devido a situação de fragilidade em que se encontram pois essas pessoas possuem em comum, na maioria das vezes, uma dinâmica familiar disfuncional, fragilidade de vínculos afetivos, desemprego e/ou ainda a problemática da dependência química, o que acaba por preponderar o ingresso ou a permanência nas ruas.

Palavras-chaves: Morador de rua. Preconceito. Família.

1 INTRODUÇÃO

A convivência familiar, de acordo com Kaloustian (1998), é primordial para que o indivíduo se desenvolva, pois oferece afeto, proteção e cuidado, construindo o primeiro vínculo afetivo, experimentando emoções, desenvolvendo a autonomia, tomando decisões e vivenciando conflitos. “É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes” (KALOUSTIAN, 1998, p. 12).

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo (a).

² Acadêmico (a) do curso de Psicologia. E-mail: neinha_vigarani@hotmail.com

³ Professor (a) orientador. Mestre em educação (Universidade do Sul de Santa Catarina). E-mail: Neide.cascaes68@gmail.com

Quando o círculo familiar, no entanto, apresenta-se fragilizado colocando o indivíduo em situação de instabilidade, impotente, frente às adversidades, este é, por vezes, levado a buscar nas ruas uma nova oportunidade para a sua sobrevivência, passando a fazer dela sua moradia.

Os moradores de rua são vistos, comumente, como mendigos, malandros e são recriminados por uma sociedade que os rejeita. Para Jacques (1998, p.68) “a falta de um emprego e a decorrente ausência de reconhecimento social causa experiências de sofrimento, associadas à segregação e a exclusão [...]”. Esta condição vem aumentando conforme pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, 2017), que aponta para o fato de o Brasil apresentar pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, estatística essa, com base em dados coletados em 2015. Uma justificativa para estes números pode estar na fragilidade do ambiente familiar, por conta de mudanças sociais, políticas e econômicas, sendo que há dificuldades na realização de Censos devido ao fato de não possuírem residência fixa.

Diariamente os moradores de rua disputam locais, juntamente com outras pessoas com as quais formam grupos, ainda que temporários, vivem nos mesmos espaços, disputados por outros moradores de ruas. De acordo com os autores pesquisados, eles compartilham a solidão, o desprezo, a fome, a mendicância e a tentativa de obter rendimentos através de uma busca em lixões e de materiais recicláveis pelas ruas.

Conforme Paula (2012, p. 11), “a população em situação de rua já se tornou um componente das grandes cidades, resultado de um sistema baseado na exploração do trabalho, na concentração de renda e, conseqüentemente, nas desigualdades sociais, esta população tem na rua a sua forma de sobrevivência”.

Sposati (1999) afirma que as iniciativas públicas destinadas para essa população não dispensam atenção suficiente para amenizar este problema social, com programas que lhes destinem um tratamento especial e indispensável às suas necessidades, dados os aspectos de fragilidade na qual são portadores. “É de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de seguranças à população alvo dessa política, entre as quais a autora destaca a segurança de convivência”. (SPOSATI, 1999, p. 95-96)

Geralmente, nos grandes centros urbanos, os moradores de rua abrigam-se, mesmo que de forma esporádica e temporária, em albergues ou abrigos que visam atender as necessidades existentes desta parcela da população. Entretanto, estes espaços se mostram

insuficientes e ineficazes. De outra parte, “os serviços de abrigo, algumas vezes, deixam de ser frequentados por parcela dessas pessoas, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência.” (COSTA, 2005, p. 7).

Sendo este um tema de grande relevância social atualmente, dado o alto índice de moradores de rua nas cidades, essa questão ainda é ignorada por grande parte da população. O estigma e o preconceito impregnados na sociedade fazem dos moradores de rua pessoas inconvenientes, perigosas e ameaçadoras, ficando vulneráveis a todas as intempéries a que são expostos. Sofrem com o uso de drogas, de violência, não aceitam na maioria das vezes receber ajuda e tratamento, acentuando assim, seus problemas de uma geral, tornando difícil a modificação desse quadro.

Costa (2005, p. 14) constatou que “o desafio está em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população [...]”. Pensar na capacidade de resiliência e formas para amenizar os impactos causados e superar os obstáculos impostos em sua trajetória é importante, ao mesmo tempo em que se consiga despertar a conscientização e a construção da inclusão social diante dessa realidade brasileira. O objetivo geral deste estudo é analisar na perspectiva dos moradores de rua a sua atual condição.

Como objetivos específicos elencamos: Descrever os motivos que levam pessoas a viver nas ruas; verificar como era o vínculo familiar antes de irem morar nas ruas; compreender como a realidade atual impacta na subjetividade dos moradores de rua e investigar as expectativas de vida dos moradores de rua entrevistados.

Tendo isto em vista, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a perspectiva dos moradores de rua sobre a sua atual condição?

1.1 FAMILIA

A família é uma unidade social complexa e fundamental para o processo de desenvolvimento de todo ser humano, que se concretiza por meio da vivência, que é dinâmica e singular. Ela não é formada apenas por um conjunto de pessoas, mas pelas relações e ligações entre elas (BORBA ; PAES;GUIMARAES; LABRONICI; MAFITUM 2011).

Toda a rede familiar participa da manutenção do grupo, tanto no provimento de sustento quanto no cuidado de seus membros. Denomina-se essa organização como lógica da solidariedade, a qual garante a existência frente a um contexto que oprime seu desenvolvimento.

Segundo Carvalho (2006 apud OLIS E KURIKI, 2012) espera-se que o seio familiar, deveria ser um lugar de cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida de seus membros e efetivar inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. Para Escorel (1999, p. 103)

O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários.

As transformações na família, de acordo com Osorio (1996, p.14), motivaram a existência de novos arranjos e configurações familiares. Recentemente, a família tem sido definida como instituição complexa a fim de contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade. As definições psicológicas ampliaram o conceito tradicional de família referindo o grupo familiar como um conjunto de relações, sejam essas consanguíneas ou não (DE ANTONI; KOLLER, 2000).

Essa proposta reafirmou que não existe um modelo único e homogêneo de arranjo familiar, mas diferentes configurações que coexistem na sociedade contemporânea e que devem ser isentas de estereótipos. No entanto, o status socioeconômico parece influenciar na qualificação das famílias, especialmente nas pobres e miseráveis. De acordo com Sarti (1995), a definição de família para os pobres não necessariamente se vincula ao grau de parentesco, mas está associada àqueles em que podem confiar.

O rompimento ou fragilização dos vínculos familiares aparece na análise de Silva, (2006, p. 101) quando avalia que, além dos problemas de ordem econômica, existem outras condicionantes e fatores estruturais que podem levar ao rompimento e/ou fragilização dos vínculos familiares, tais como as desavenças afetivas, fatores ligados à história de vida dos indivíduos, os preconceitos relacionados à orientação sexual, à intolerância e às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas.

No entanto, Amazonas et al. (2003) afirmam que essa solidariedade não significa harmonia e consenso nas famílias, pois é comum a presença de conflitos, violência, uso de drogas, divórcios, recasamentos e tantos outros problemas familiares, tal como a possibilidade de alguns integrantes optarem por desistir de suas famílias e viverem nas ruas. Esses comportamentos conflitivos resultam, comumente, em diversas implicações e problemas nos redutos familiares.

Na visão de Santos (2009, p. 27), as principais causas de conflitos familiares que levam à ruptura de vínculos e laços afetivos:

[...] em geral são a orientação sexual do morador de rua, o alcoolismo, o consumo ou tráfico de drogas que influenciam não só a unidade familiar pelos conflitos, mas pelo desequilíbrio do orçamento doméstico; o envolvimento em assaltos ou outros crimes, conflitos de valores, a violência ou abuso sexual por parte de algum parente – pai, irmão, padrasto. Existem ainda aqueles que são expulsos de casa ou abandonados pela família por representarem um empecilho, um estorvo para os parentes. Dentre os quais estão os doentes mentais, alguns idosos e deficientes físicos que representam a parcela inativa da sociedade, portanto a família não tem perspectiva de que eles venham a contribuir nas despesas da casa, os custos com sua saúde são altos, além de, em certos casos, colocarem seus familiares em situações de risco. Ocorrem também situações em que os moradores saem de casa e se perdem, passando a habitar as ruas da cidade.

Na percepção de Santos (2009,) Relacionamentos familiares são fortes desencadeadores para a situação de rua, no entanto, os desentendimentos na maioria das vezes se apresentam difundidos entre violência doméstica, abusos, desemprego, perda da habitação, álcool e drogas, problemas psiquiátricos, divórcio, adultério, expulsão de casa, entre outros.

Esses determinantes sociais impulsionam o desentendimento familiar, deixando para alguns indivíduos a rua como única alternativa.

1.2 MORADORES DE RUA

De acordo com o contexto histórico, a população em situação de rua está presente na formação das sociedades desde a antiguidade, sempre caracterizada pela miséria e pela exclusão, conforme expõe Simões Junior (1992, p. 19-20, apud COSTA 2005, p. 5).

[...] desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando as ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância. Apesar de o fenômeno ter várias conotações ao longo da História, morar na rua sempre esteve relacionado ao espaço urbano. A civilização grega e o Império Romano também geravam pessoas vivendo nas ruas; na Idade Média, há notícias, inclusive, de certa “profissionalização” da situação de rua. Já, na Era Industrial, sabe-se que teria havido repressão generalizada à difusão de atividades ligadas à vagabundagem e à mendicância.

Segundo Castel, (1997, apud COSTA 2005), a população em situação de rua é considerada como “sobrantes”, pois se encontram fora da estrutura econômica e social, tendo em vista que não participam ativamente na sociedade de consumo, tampouco do processo relativo ao trabalho e circulação de mercadorias. Isso os torna rejeitados pela sociedade.

Essas situações são produtos do processo de exclusão social existente no país desde o início deste milênio, ocasionada pelas mudanças econômicas, pela ruptura de vínculos familiares e afetivos no convívio social, pela falta de perspectivas de vida, pelo pouco acesso à informação e pela perda de autoestima e da dignidade, além da perda de emprego, situações de violência, perda de entes queridos, desenvolvimento de doenças mentais ou a escolha pela dependência química, o que muitas vezes ocasiona na dificuldade de retornar para o convívio familiar e/ou um lar convencional.

Diante disso, vê-se que a exclusão social leva esse público a sérias consequências inclusive a problemas de saúde, como já mencionado, e a outros como miséria, marginalidade e tráfico de drogas.

Segundo informações do Ministério da Saúde (2012, p. 22 apud ADORNO; WARANDA, 2004), a População em Situação de Rua (PSR) é caracterizada, em comparação com a realidade mundial, como um grupo heterogêneo, não somente pela ausência de moradia, mas, principalmente, no âmbito da exclusão social, que os impossibilita de exercer plenamente seus potenciais humanos, tendo como grande consequência a desfiliação, ou seja, a perda de vínculos afetivos e familiares, que os leva a optar por residir nas ruas. (SCOREL, 1999; CATELL, 1997, BRASIL, 2012, p. 22).

É dentro da ideia de polemizar a trajetória da diferente forma de viver, de se ver, e ser visto como sujeito na sociedade, e para entender como a população marginalizada foi pensada e tratada pela própria sociedade e pelas instituições é que estamos abordando esta temática. De modo geral todo o indivíduo que não age e não leva uma vida dentro da

"normalidade", dos padrões impostos pela sociedade sempre é visto de forma polêmica e diferente como se refere o autor, Yasbek, (1993, p.18).

Falar de população de rua no Brasil, em pleno fim de milênio, é falar, também, de atraso histórico, descaso, ineficiência, e mesmo, de ausência de políticas públicas e de direitos de setores empobrecidos e oprimidos da sociedade brasileira. Com a crise do Estado, sua parcela de responsabilidade vem sendo reduzida, fazendo com que parte da questão social passe a ser enfrentada pela sociedade civil, por meio das organizações não governamentais, fundações, entre outras.

Para Santos (2009, p. 25):

Viver nas ruas implica em enfrentar cotidianamente a solidão, a falta de privacidade, bem como a manutenção da higiene. O indivíduo necessita criar uma nova sociabilidade, com estratégias de sobrevivência. Conversar, tomar banho, usar roupas, dormir passa a depender de uma rede de sobrevivência a ser criada, enfim um aprendizado que leva tempo.

Dentro desta visão de que só é digno quem trabalha e quem leva uma vida normal, é que essa população sofre os mais diferentes preconceitos, que para Galiatti (2003, p.27, apud, ROSA, 1994, p.01) podem ser descritos,

Os preconceitos são de toda ordem. Desconsiderados pelo censo demográfico, por não terem residência fixa, vivem como se não existissem para a sociedade, até mesmo na morte... São vistas como desocupadas (como se houvesse trabalho para todos!) e pouco empenhados em vencer as dificuldades impostas pela vida ou pelo mercado; sem direito de andar pela cidade, sentar numa praça sem serem importunados; seus poucos pertences são considerados trastes.

Como resposta a essa realidade muitas são as instituições filantrópicas, instituições da sociedade civil, grupos religiosos, entre outros que movidos pela sensibilidade realizam várias atividades e atendimentos com a intenção de prestar "ajuda" a essas pessoas. Do outro lado, "governos com sua costumeira prática, transferem a responsabilidade e recursos para organizações não governamentais, que realizam atendimento em albergues, delegando poderes à polícia, que coloca em curso operação de recolhimento e limpeza pública (e outras, mais drásticas, dependendo de conjunturas políticas determinadas)", Galiatti (2003, p.28, apud, ROSA, 1994, p.01) assim, quase sempre o preconceito prevalece à dádiva, à doação, ao favor, ao descaso ou ao desrespeito,

O preconceito está presente na vida dessas pessoas e se expressa de várias formas e em vários níveis da sociedade são considerados vagabundos, mendigos, migrantes, analfabetos, perigosos, além de desprovidos de capacidade de organização e consciência política e social.

Percebe-se, com base nos construtos teóricos estudados que, nesse sentido, não é levada em consideração à particularidade dessas pessoas, que em grande parte sofrem limitações desde a infância, restringindo-as às poucas possibilidades de alcançarem uma vida digna. Nas condições de miseráveis, excluídas, as pessoas acabam se tornando invisíveis para a maioria da população. Elas somente são percebidas quando aparecem a público pedindo comida, dinheiro, bêbadas, incomodando, com seu mau cheiro, com suas roupas rasgadas e sujas, motivadas pela precariedade da vida que levam. Torna-se quase que impossível a sua inserção no mercado de trabalho formal.

Não se pode esquecer que hoje, além de todas as exigências que o mercado impõe como capacitação, nível de conhecimento e nível de escolaridade, a questão da aparência é relevante para a contratação ou não, entre outros fatores que prejudicam os moradores de rua, como o fato de não possuírem endereço fixo, que é mais uma dificuldade encontrada.

Como aponta Silva (2006), são comumente enumerados diversos fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.).

Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma única perspectiva. Portanto são, múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua. Sendo assim, a família muitas vezes pode servir para o indivíduo como sinônimo de segurança, proteção, apoio, refúgio e afeto, mas também pode representar divergências, discordância, insegurança e conflito. .

O autor explicita que os processos de natureza econômica se constituem como um dos fatores responsáveis por esse rompimento e pela permanência temporária ou duradoura em tal situação. Também afirma que existem muitos outros fatores que perpassam a trajetória de vida do indivíduo e que podem levá-lo a uma fragilização ou rompimento dos vínculos

familiares. Portanto, para a autora, a última característica a ser analisada refere-se à inexistência de moradia convencional regular que, para Silva (2006, p. 102):

[...] associada às demais condições conduzem a utilização dos logradouros públicos como ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e embaixo de viadutos ou áreas degradadas, ou seja, galpões e prédios abandonados, ruínas, carcaças de caminhão ou, ainda, redes de acolhida temporária mantidas por instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

Outra definição complementar da parcela da população que utiliza as ruas como espaço de moradia e sobrevivência foi citada também na Política Nacional para a Inclusão Social da População de Rua: estas pessoas relacionam-se com a rua segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, face a face os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e/ou ausentes. Em comum, possuem a característica de estabelecer no espaço público das ruas seu palco de relações privadas, segundo Brasil (2008), o que as coloca na categoria de população em situação de rua.

Cabe ressaltar que um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é que, em consequência da ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, a população em situação de rua não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação. Sem alternativas, esta população se utiliza das ruas da cidade como moradia. Além disso, a população em situação de rua também não se enquadra no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional.

A população em situação de rua é alvo de um estigma social, por vários motivos e situações cotidianas, como a exigência de documentação em vários âmbitos, dificultando o acesso aos serviços, e a negação de atendimento devido à estética, por exemplo.

Cabe ressaltar que, os preconceitos se constituem de uma modalidade de discriminação sobre aqueles (as) que se comportam de forma diferente dos padrões dominantes. Nesse sentido, (HELLER, 1989 p. 55) acima afirma que “o desprezo pelo “outro”, a antipatia pelo diferente, é tão antiga quanto à própria humanidade”.

A Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua, através das histórias de vida relatadas, trouxe depoimentos referentes a este assunto, que expressam dor e indignação dos entrevistados, em decorrência do preconceito e estigmatização que sofrem:

A gente procura emprego, aí você vê que tem que ter um local de referência onde você mora, tem que ter um telefone pra contato, você tem que ter referência. E aí você vai dizer - moro na marquise? Aí você já é excluído, porque tem uma discriminação, ninguém vai dar emprego para morador de rua! Este cara deve ser um drogado, um ladrão sabe lá [...] (BRASIL, 2008a).

Ou seja, a perda ou a falta de acesso é o elemento central que determina o processo de volta às ruas, o que Prates e Machado (2011), chamam de rualização. A partir da Pesquisa Nacional, foram feitos questionamentos com os sujeitos que habitam as ruas, constatam-se histórias e cotidianos marcados por perdas, exclusão, subalternização e desqualificação. Isso resulta, muitas vezes, no que se pode chamar de autoexclusão, ou seja, o não reconhecimento de si mesmo como sujeito de direito e parte integrante da sociedade.

Desta forma, o estigma sofrido pela população em situação de rua reflete na internalização, que a leva, em algumas situações, ao isolamento. Este é refletido na fala de um dos entrevistados por Farias (2007): “[...] eu era, antigamente, como bem dizer, da sociedade [...]”

As inúmeras denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para definir a população em situação de rua são, também, exemplos do preconceito e estigma existentes: ‘mendigos’, ‘vagabundos’, ‘sujos’, ‘bandidos’, ‘preguiçosos’, ‘acomodados’, ‘vadios’, ‘loucos’, ‘drogados’, dentre outros. Assim, retomando o item interior, conclui-se que este estigma e preconceito sofrido por esta população é resultado destas relações na sociedade capitalista, que atende fundamentalmente aos interesses de uma classe (a dominante), mantendo o proletariado com padrão de vida mínimo. A violência verbal, física e simbólica materializa o preconceito e a intolerância da sociedade, muitas vezes por meio do Estado, que reafirma o poder da polícia e a lógica da higienização.

Ao absorver, produzir e reproduzir este preconceito e estigma, o Estado consolida tal condição no interior da sociedade, por meio das políticas sociais, dentre outras formas. Portanto, é importante destacar que a população em situação de rua, marcada pelo preconceito e estigma tem os seus direitos violados a partir do momento em que não lhe são dados a liberdade de viver e de usufruir dos serviços, de forma universal e integral, isto é, descaracterizando a sua condição de cidadão, de sujeito de direitos.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, pois contém “[...] descrições, compreensões e análise de informações, fatos, ocorrências que naturalmente não são expressas por números”. (MARTINS; THEOPHILO, 2007, apud BOTELLHO; CRUZ, 2013).

Em relação aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória que, conforme Gil (2002, p. 41), “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, constituindo assim o tema a formulação de questões ou de problemas relacionados à população em situação de rua na cidade de Tubarão SC, com o objetivo de aumentar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno.

A pesquisa foi aplicada com moradores de rua do albergue do município de Tubarão, Santa Catarina. A amostra da pesquisa foi de seis moradores, identificados como entrevistado de 1 a 6. A pesquisa caracterizou-se conforme Gil (2008) de uma amostragem por acessibilidade, sendo esta uma amostra não probabilística.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, a mesma foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, sendo submetida à análise e sendo aprovada sob nº 2.952.670. Após a aprovação do CEP entrou-se em contato com os moradores de rua explicando o objetivo da pesquisa, foi relatada o sigilo das informações, e comentado sobre o tema do trabalho e realizando assim as entrevistas.

As entrevistas ocorreram no período de 10 a 13 de outubro e foram realizadas em uma sala do albergue. No início da entrevista, foi explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o Termo de Consentimento de Gravação de Voz (TCGV) e coletada a assinatura do participante nos mesmos.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada elaborada pela pesquisadora, sendo as respostas das entrevistadas gravadas com o aplicativo Gravador de Voz Fácil.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DA SUA ATUAL CONDIÇÃO

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise de dados utilizou-se da análise de conteúdo, assim, Laville e Dionne (1999) definem como um estudo do conteúdo onde se busca o sentido e as intenções das palavras e frases, com o intuito de reconhecer o essencial e descartar os acessórios, bem como comparar e avaliar os seus significados. Este é o procedimento que será utilizado para análise dos resultados, visa-se extrair os significados do conteúdo que os entrevistados trarão sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua.

Para caracterização da amostra da pesquisa, mantendo o anonimato dos entrevistados, optou-se por dispor no quadro 1 abaixo as seguintes informações: idade, escolaridade, tempo na rua e profissão.

Quadro 1- Caracterização dos participantes da pesquisa.

Participante	Idade	Escolaridade	Tempo na rua	Profissão
E1	45 anos	Primeiro grau completo	20 anos	Caminhoneiro
E2	42 anos	Primeiro grau completo	10 anos	Vendedor
E3	39 anos	Primeiro grau completo	1 ano	Caminhoneiro Conferente de almoxarifado
E4	38 anos		20 anos	Já trabalhou em tudo
E5	45 anos	Primeiro grau completo	3 anos	Operador de jato de granalha
E6	44 anos	Primeiro grau completo	7 anos	Caminhoneiro

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

Conforme o quadro acima, percebe-se que foram entrevistadas seis pessoas, sendo todos do sexo masculino, cujas idades variam de 38 a 45 anos. Em relação à escolaridade, todos apresentam primeiro grau completo, o tempo na rua variou entre 1 a 20 anos e a profissão ficou assim disposta; 3 caminhoneiros, 1 vendedor, 1 operador de jato de granalha, e 1 ajudante de serviços gerais. Mas cabe ressaltar que nenhum está trabalhando atualmente.

A partir da pesquisa de campo, com vistas a apresentar os resultados e promover uma discussão acerca da temática, criaram-se algumas categorias de análise denominadas: acontecimentos para que se tornasse um morador de rua; dificuldades encontradas nas ruas; diferenças em morar na rua e com a família; quem procura em caso de dificuldades; mudanças que gostaria de vivenciar em sua vida e perspectivas referentes ao seu futuro.

Em relação aos **acontecimentos para que se tornasse um morador de rua**, os sujeitos da pesquisa relatam que devido a problemas de relacionamento familiar ao uso de drogas e ao desemprego procuraram as ruas para se abrigarem, como se observa nas falas a seguir:

- E1: Resumindo, a maioria das pessoas está na rua por uma ferida afetiva. Uma carência em relação à família.
 E2: Já não tenho mais família, já morreu meu pai e minha mãe e irmã. E aí passei a morar na casa dos meus pais, mas quando descobriram que eu sou soro positivo me excluíram de tudo.
 E4: Eu comecei a usar drogas com 13 anos.
 E6: Fiquei desempregado, daí a gente procura aqui procura ali e nada, fico indo de uma cidade pra outra procurando.

De acordo com estudos de Silva (2006) demonstram que a fragilização dos vínculos familiares, tais como as desavenças afetivas, fatores ligados à história de vida dos indivíduos, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância e as situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas são fatores motivadores para que as pessoas vivam em situação de rua.

Percebe-se que nem sempre a família se apresenta como um modelo ideal e que os conflitos ou desavenças familiares são fatores que contribuem para que o indivíduo rompa com o meio social em que está inserido.

Quando questionados em **relação às dificuldades encontradas nas ruas**, os entrevistados referem como maior dificuldade é a busca de trabalho, desmotivação e as condições que enfrentam no cotidiano nas ruas, como fome e frio. Estas dificuldades pode se afirmar nas seguintes falas abaixo:

- E1: Maior dificuldade na rua é ter uma motivação pra superar isso, eu to 45 anos e eu to cansado. Quando eu era mais novo eu tinha mais pique pra caminhar agora eu não tenho motivação. [sic]
 E3: Hoje é achar um emprego.
 E4: A fome, o frio, mas ao mesmo tempo não é tão ruim assim.
 E6: Achar um serviço e reconstruir a minha vida.

Como aponta Silva (2006), são comumente enumerados diversos fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto).

Verifica-se que são inúmeras as dificuldades que os entrevistados passam quando se tornam moradores de rua. E enquanto profissionais devemos nos ater a essa população que tanto sofre de preconceito e é estigmatizado por sua condição.

No quesito **diferenças em morar na rua e com a família**, os entrevistados referiram o seguinte:

E1: É amar e ser amado e depois que cair no mundo a gente se sentir muito sozinho sem saber o que fazer e se envolve com um monte de porcaria. E é complicado estar com alguém que te quer pelo o que você tem e não por o que você é.

E3: É muito ruim na rua, saudade da família, dos filhos ,ficar perambulando pela rua, dormir na rua é muito ruim.

E5: Ah nem da pra comparar, chegar em casa e jantar e ver televisão com uma casa pra morar.

E6: Na rua conheci tudo q é porcaria, não me importo muito com o que vai acontecer daqui pra frente.

Observa-se nas falas acima o quanto os entrevistados gostariam de estar em um lar, pois sentem muitas saudades da família e na rua estão sempre sozinhos.

Chama-nos a atenção que dois dos entrevistados trouxeram o termo “ porcaria”, se referindo ao que eles aprendem na rua, ao o que eles vivenciam na rua, o que poderíamos pensar que eles entendem como algo não positivo, como dificuldade. Muitas pessoas quando estão no meio familiar não se sentem reconhecidos pelo que são na sua essência como pode se observar na fala do entrevistado 1, “E é complicado estar com alguém que te quer pelo o que você tem e não por quem você é”.

Quase sempre, são expostos a situações que envolvem muitos desafios, entre eles, a drogadição, a violência, frio, fome entre outros. Já na família, tem-se o aconchego do lar, por mais conflituoso que seja.

Um dos fatores do rompimento seria o deslocamento para busca de emprego, ou seja, a procura dos indivíduos por trabalhos em outras cidades, em busca da esperança e condições melhores de vida. Alguns indivíduos sentem o desejo de restabelecer seus vínculos

familiares, mas os sentimentos de vergonha, fracasso e humilhação acabam por se constituir como uma barreira que os impede de retomar os vínculos e se reaproximarem de familiares e antigos amigos

Quando questionados em relação **a quem eles recorrem em casos de necessidades, a maioria** dos entrevistados responderam que procuram um amigo na rua, como demonstra as falas abaixo:

E1 – É um amigo que eu conheci, aqui do albergue.

E2 – Eu prefiro um morador de rua como amigo do que essa comunidade que eu vivia.

E3 – Os amigos na rua, ou fico pedindo alguma coisa q eu preciso mas é muito ruim.

E4 – Aqui no albergue ou na rua mesmo, a gente faz amigos na rua.

E5 – Qualquer pessoa, mas sempre procuro o albergue.

E6 – Todo mundo aqui no albergue.

Pode-se verificar que a busca por iguais faz os entrevistados se sentirem menos discriminados, então imagina-se que eles busquem uns aos outros, como reforça a fala do entrevistado 2 “Eu prefiro um morador de rua como amigo do que essa comunidade que eu vivia” pois isso os torna menos fragilizados num contexto permeado de violências e desigualdade social.

Ainda segundo a maioria dos entrevistados, o albergue representa uma forma de amenizar parte de seus sofrimentos, mesmo que temporária bem como um local onde possam resgatar a dignidade, mesmos e sendo as vezes a única possibilidade de acolhimento por esta instituição.

Sposati (1999) afirma que as iniciativas públicas destinadas para essa população não dispensam atenção suficiente para amenizar este problema social, com programas que lhes destinem um tratamento especial e indispensável as suas necessidades, dados os aspectos de fragilidade que vivenciam. “É de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de seguranças a população alvo dessa política, entre as quais a autora destaca a segurança de convivência”. (SPOSATI, 1999, p. 95-96)

Na pesquisa também foi perguntado aos entrevistados em relação as **mudanças que gostariam de fazer em sua vida** e inúmeros foram os sentimentos que aparecem como vergonha, falta de ânimo e sentimento de inferioridade, desejam começar de novo e ter uma nova oportunidade de reconstruir a vida embora conscientes de que isso possa implicar no retorno dos conflitos familiares.

Quando questionados em relação às **mudanças que gostariam de fazer em sua vida**, os entrevistados discorreram o seguinte:

E1 – Encontrar um amor e reconstruir uma família.

E3 – Queria estar com a minha família. Mas o pessoal aqui é meio preconceituoso e eu já vi duas vagas de emprego e quando eu digo que estou em condições de albergue eles não me dão a vaga. Fico ate meio chateado.

E5 – Queria minha vida de volta, melhorar e me sentir valorizado.

E6 – Queria outra chance pra começar de novo, mas agora já estou cansado.

Ainda de acordo com a fala do entrevistado 3 “Mas o pessoal aqui é meio preconceituoso e eu já vi duas vagas de emprego e quando eu digo que estou em condições de albergue eles não me dão a vaga. Fico ate meio chateado”.

Percebe-se que o preconceito se faz muito presente dificultando ainda mais o processo de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho pois de modo geral todo o indivíduo que não age e não leva uma vida dentro da "normalidade", dos padrões impostos pela sociedade sempre é visto de forma polêmica e diferente como se refere o autor,

Falar de população de rua no Brasil, em pleno fim de milênio, é falar, também, de atraso histórico, descaso, ineficiência, e mesmo, de ausência de políticas públicas e de direitos de setores empobrecidos e oprimidos da sociedade brasileira. Com a crise do Estado, sua parcela de responsabilidade vem sendo reduzida, fazendo com que parte da questão social passe a ser enfrentada pela sociedade civil, por meio das organizações não governamentais, fundações, entre outras. , (YASBEK, 1993, p.18).

Geralmente nos grandes centros urbanos os moradores de rua, abrigam-se mesmo que de forma esporádica e temporária, em albergues ou abrigos que visam atender as necessidades existentes desta parcela da população. Entretanto, estes espaços se mostram insuficientes e ineficazes. De outra parte, “os serviços de abrigo, algumas vezes, deixam de ser frequentados por parcela dessas pessoas, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência.” (COSTA, 2005, p. 7).

Conforme a fala dos entrevistados percebe se que inúmeros foram os sentimentos que aparecerão como vergonha, falta de ânimo e sentimento de inferioridade, ao mesmo tempo desejam começar de novo e ter uma nova oportunidade de reconstruir a vida embora conscientes de que isso possa implicar no retorno dos conflitos familiares.

Todos os entrevistados deixam claro que gostariam de retomar o vínculo familiar. Desta forma, sente-se a importância de um profissional psicólogo nestas instituições para realizar a mediação entre família e morador de rua.

De acordo com Andrade, Costa e Marquetti (2014) ao utilizarem os espaços públicos como locais de moradia, inicia-se uma nova fase da vida dessas pessoas, uma fase que é diferente do modo de vida anterior. A tentativa de entender os relatos de experiências dessa população é um desafio, pois, enquanto alguns indivíduos referem o sofrimento de viver na rua, o anseio de transformação da realidade e o retorno à vida doméstica, outros pontuam que se acostumaram com o cotidiano da vida na rua e desejam continuar nessa situação.

Na fala do entrevistado 5, fica evidenciado como os moradores de rua sentem-se excluídos pela sociedade, quando notados, quase sempre é pelo desconforto que representa, ou seja, pela sua aparência (sujos, com mau cheiro, vagabundos) ou ainda por carregar seus pertences são vistos, não como pessoas em situação de vulnerabilidade, mas como ameaça para a sociedade.

Ainda de acordo com a fala do entrevistado 3 “Mas o pessoal aqui é meio preconceituoso e eu já vi duas vagas de emprego e quando eu digo que estou em condições de albergue eles não me dão a vaga. Fico até meio chateado”. Percebe-se que o preconceito se faz muito presente dificultando ainda mais o processo de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, pois de modo geral todo o indivíduo que não age e não leva uma vida dentro da "normalidade", dos padrões impostos pela sociedade sempre é visto de forma polêmica e diferente como se refere o autor, Yasbek, (1993,p.18).

Falar de população de rua no Brasil, em pleno fim de milênio, é falar, também, de atraso histórico, descaso, ineficiência, e mesmo, de ausência de políticas públicas e de direitos de setores empobrecidos e oprimidos da sociedade brasileira. Com a crise do Estado, sua parcela de responsabilidade vem sendo reduzida, fazendo com que parte da questão social passe a ser enfrentada pela sociedade civil, por meio das organizações não governamentais, fundações, entre outras.

Em relação a **perspectivas referentes ao seu futuro**, os entrevistados referiram:

E1: Vejo que agora eu tô dando valor a quem me ajuda. E a quem tem confiança em mim. Se eu pudesse voltar atrás daria mais valor pras pessoas.

E2: Voltar a ser aceito e respeitado.

E3: Eu tenho eu quero arrumar um emprego eu não quero desistir. Porque é terrível ter que pedir comida explicar o porque está na rua. Eu quero ficar bem me tornar um cidadão com dignidade ter minha casa para voltar.

E4: Eu quero conseguir deixar as drogas.

E5: Só um milagre pra minha vida mudar.

E6: Tenho esperança de melhorar sim, mas só se eu parar de beber e de me drogar, que quando bate o desespero eu só quero beber.

Percebe-se, nas falas dos entrevistados 1 e 2, que o desejo é ser aceito, valorizado e respeitado. Mas para que isto aconteça é necessário estratégias de intervenções com os moradores de rua no intuito de sensibilizar para a aproximação com seus familiares, pois vai depender deles em querer ser aceito e respeitado.

O entrevistado 3 refere que, gostaria de arrumar um emprego, e luta para não desistir, mas sabe que a competição no mercado de trabalho está muito visível atualmente e para o morador de rua se torna muito difícil, pois muitos dos entrevistados não possuem qualificação profissional ou quando possuem quase sempre são excluídos pela situação em que se encontram.

Para Jacques (1998), em seu estudo, a falta de um emprego e a decorrente ausência de reconhecimento social causam experiências de sofrimento, associadas à segregação e a exclusão. Cabe ressaltar que uma pesquisa realizada pelo IPEA (2017) aponta que, o Brasil apresenta pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, estatística essa, com base em dados coletados em 2015. Uma das causas para esses dados pode estar relacionada à fragilidade do ambiente familiar, por mudanças sociais, políticas e econômicas, sendo que há dificuldades na realização de Censos devido ao fato de não possuírem residência fixa.

Para Pereira (2013, p. 12), “as principais causas estruturais da expansão da população em situação de rua estão nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente, no aprofundamento do desemprego estrutural, redução da renda e precarização das formas de trabalho”.

Conforme Paula (2012), os moradores de rua já se tornaram um componente das grandes cidades, resultado de um sistema baseado na exploração do trabalho, na concentração de renda e, conseqüentemente, nas desigualdades sociais, esta população tem na rua a sua forma de sobrevivência.

Salientando ainda a fala dos entrevistados 4 e 6, que gostariam de largar o vício do álcool e drogas, sendo esta uma das causas mais frequentes para que os indivíduos procurem as ruas para morar, pois geram muitos conflitos familiares e chegam a um momento

em que estar com a família e seguir os parâmetros (regras) que as mesmas colocam se torna muito difícil.

Desta forma, Aguiar e Iriart (2012) corroboram em seu estudo quando relatam que a problemática do uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas pelos moradores de rua é frequente. Sendo que, o consumo de substâncias psicoativas na maioria dos casos é anterior à vida na rua e essa dependência acompanha o indivíduo pelo fato de ser uma forma de poder suportar as dificuldades enfrentadas na rua.

Geralmente nos grandes centros urbanos os moradores de rua, abrigam-se mesmo que de forma esporádica e temporária, em albergues ou abrigos que visam atender as necessidades existentes desta parcela da população. Entretanto, estes espaços se mostram insuficientes e ineficazes. De outra parte, “os serviços de abrigo, algumas vezes, deixam de ser frequentados por parcela dessas pessoas, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência.” (COSTA, 2005, p. 7)

Frente à situação dos moradores de rua, Klaumann (2015) propõe um desafio a toda a sociedade brasileira como os gestores públicos e a sociedade civil para realizar ações estratégicas através de projetos e planos executado pelos órgãos e Ministérios. Com a proposta de tirar das leis com seus artigos, portarias, ementas e outros do gênero teórico, para à práxis, que é tão necessária e urgente para atender as demandas da população em situação de rua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa ficou evidenciado que, para a maioria dos pesquisados, a compreensão de que para boa parte da sociedade a população em situação de rua e a considerada como ‘lixo’, como pessoas sem qualquer valor, rotuladas como vagabundos, desocupados ou pedintes e que vários são os fatores que contribuem para que as pessoas optem por viver nas ruas.

A questão dos conflitos familiares se relaciona ao fato de que nem sempre o indivíduo se adapta à dinâmica familiar, pois esta nem sempre corresponde às expectativas impostas ao indivíduo. Percebe-se que sentem o desejo de reestabelecer os vínculos com a família mas o preconceito por parte da sociedade e a situação de vulnerabilidade em que se encontram, criam uma barreira que dificulta esse processo experienciado por uma população

estigmatizada por sua condição e muitas vezes desprovida dos direitos básicos, em situação de rua, sem documentos ou residência fixa, o que os coloca na situação de vítimas do sistema capitalista, que explora e não respeita o indivíduo como ser humano.

Verificou-se também que são inúmeras as dificuldades que os entrevistados enfrentam, quando se veem em situação de rua. Constatou-se que na rua se sentem discriminados, são quase sempre evitados e ou quando notados, quase sempre é pelo desconforto que representa, seja pela sua aparência (sempre sujos, com vestes surradas, com mau cheiro, como vagabundos, pedintes) ou ainda por carregar seus pertences são vistos, não como pessoas em situação de vulnerabilidade, mas como ameaça para a sociedade.

E enquanto profissionais devemos nos ater a essa população que tanto sofre de preconceito e é estigmatizado por sua condição.

Por essa razão em casos de dificuldades recorrem quase sempre uns aos outros por estarem na mesma condição ou ao albergue quando possível, uma vez que precisam se adequar às normas da instituição.

Observou-se também que mesmo em função do afastamento do círculo familiar, as lembranças de quando moravam com a família se apresentam ainda muito forte como podem ser facilmente verificadas pelos relatos dos pesquisados.

De acordo com os pesquisados, há uma necessidade de retomar o vínculo com a família, pois essas pessoas possuem em comum, na maioria das vezes, uma dinâmica familiar disfuncional, fragilidade de vínculos afetivos, dificuldades nos relacionamentos, desemprego e/ou ainda a problemática da dependência química, o que acaba por preponderar o ingresso ou a permanência nas ruas. Então, nós como profissionais precisamos pensar nesse público como seres humanos, e reconhecer que os aspectos, psicológicos e afetivos que permeiam tal situação, são bastante relevantes e que precisam de atenção mais específica no campo emocional na tentativa de resgate da cidadania.

Através dos resultados obtidos, constatou-se que os sujeitos apresentaram grande quantidade de fatores e razões que atuam simultaneamente favorecendo sua permanência nas ruas. Recomendam-se novas pesquisas que possam aprofundar as questões apresentadas neste artigo e, torna-se interessante abordar outras perspectivas ou temas relacionados a população em situação de rua.

É importante salientar que as pessoas em situação de rua se reconheçam como cidadãos possuidores de direitos. Então, precisamos pensar nesse público como seres

humanos, e reconhecer que os aspectos psicológicos e afetivos que permeiam tal situação, são bastante relevantes e que precisam de atenção mais específicas no campo emocional na tentativa de resgate da cidadania. Contudo, para isso precisamos de políticas públicas legitimadas que atendam as verdadeiras necessidades desta população e assim minimizar os impactos do preconceito, e da exclusão social. Observamos, que um fator marcante nos relatos desses moradores de rua entrevistados foi a dependência química, sendo que somente um dos entrevistados não é usuário de drogas. Ficando evidenciado em suas histórias o uso das drogas como um dos principais motivos que causaram a fragilidade dos vínculos familiares e empregatícios. No entanto, alguns ainda mantêm vínculo com a família, já outros optaram por distanciar-se desta para não provocar mais sofrimento e por vergonha da situação em que se encontra.

Os objetivos da pesquisa foram devidamente alcançados por meio das categorias de análise criadas: motivos que contribuíram para que essas pessoas tivessem a rua como moradia, bem como as dificuldades encontradas nas ruas, as diferenças entre morar com a família e morar na rua, assim como mudanças que gostariam de fazer em sua vida e quais perspectivas eles tem em relação ao futuro pensando na sua atual condição de vida.

Sobre os sentimentos em relação a vivência nas ruas identificou-se diversos, sendo que a maioria são voltados a um estado emocional negativo como medo e insegurança. Sugerem-se novas pesquisas em relação à temática da população em situação de rua para um aumento de discussões sobre o assunto, bem como uma maior conscientização dos profissionais psicólogos, visando a um entendimento mais apurado dos profissionais sobre este importante fenômeno.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000401248&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 abr. 2018

AGUIAR, Maria Magalhães; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de Rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde*

Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000100012&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida et al . Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8, n. spe, p. 11-20, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 maio. 2018.

BORBA, Letícia de Oliveira. et. al. **A família e o portador de transtorno mental: dinâmica e sua relação familiar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a19.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenesda. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. **Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF. Abril de 2008.

_____. **Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado da Assistência Social. **Gestão Organizacional, Vigilância Socio assistencial e Trabalho em uma década de gestão do SUAS- 2005 – 2015**. São Paulo, 29 de dezembro de 2015.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4 p. 7-11. Porto Alegre, dez. 2005.

DE ANTONI, Clarissa; Koller, Silva Helena. **A visão de família**. 2000.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**. Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FARIAS, Vera Celina Candido de. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GALIATTI, Eliete Tania. **Moradores de rua de Florianópolis e suas histórias de vida**. Curso de Serviço Social da UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis; 2003.84 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFAMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC: 1988

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JACQUES, M. G. C. **Identidade e trabalho: uma associação indispensável**. Editora Cooperativa de Autores Associados: São Paulo, 1998.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira a base de tudo**. Editora Cortez: Brasília/DF, 1998.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Editora UFMG: Porto Alegre, 1999.

LOLIS, Dione; KURIKI, Lisa Mitiko Koga. **Intervenção com a família pra o fortalecimento dos vínculos familiares no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente**. 2012. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/ssrevista/article/view/13751/12474>. Acesso em: 23 mar. 2018.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **MORADORES DE RUA - UM ENFOQUE HISTÓRICO E SOCIOASSISTENCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: A REALIDADE DO CENTRO POP DE RIO DO SUL/SC**. Disponível em:
<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

NARVAZ, Sh Koller. **Psicologia e Sociedade**. vol. 18, 2006.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Controle Social e Assistência Social: o desafio (im)possível. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 4, p. 37-50, jan. 1999. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6251>>. Acesso em: 07 set. 2018.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre, 1996.

PAULA, Débora do Nascimento de. **População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – 2012. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_312b91245eedc4ccb77b4794c1374a1e>. Acesso em 21 abr. 2018.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios**. 2013. Disponível em:
<http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>. Acesso em: 13 de mar. 2018 .

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. **Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Temporalis, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 191-216, fev. 2012. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SANTOS, Daiane dos Santos. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: Um estudo de caso.** 2009. Disponível em <<http://www.aopmba.com.br/ckfinder/userfiles/files/ORetratoDoMoradorDeRua.pdf>> Acesso em 22 de maio de 2018.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Ed. Autores Associados, Campinas. 1996.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2006.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saude Sociedade.** São Paulo , v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago.. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** Cortez Editora, 1993.